

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 2 a 6 de fevereiro de 2015, em Brasília.

A VITÓRIA DE EDUARDO CUNHA

A eleição do líder do PMDB para a Presidência da Câmara muda a relação do Congresso com o governo Dilma, mas é um equívoco traduzir o resultado como êxito da oposição. Os fatos indicam que o PMDB passou a ser o partido mais forte no Congresso da coligação que elegeu Dilma. O partido reelegeu também o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Com o poder que obteve no Congresso, o PMDB se fortalece no governo e usará estas posições para ampliar sua presença em cargos e funções do poder Executivo. O PT, que já havia perdido espaço para os aliados, por conta da vitória apertada da presidente Dilma, vai perder mais posições. Mas assim como há dois anos no Senado, a oposição errou ao imaginar que Renan faria oposição ao governo, ela corre o

risco de cometer o mesmo equívoco com Eduardo Cunha.

O PT foi rechaçado pela maioria dos aliados do governo. Ele foi lançado por um Bloco de partidos que tinha 180 deputados, mas ele só teve 136 votos. A derrota do partido arrastou o coordenador político do governo, ministro Pepe Vargas, que lutou arduamente para derrotar o presidente eleito. Ele ficou fragilizado no cargo e, se for mantido, será uma espécie de Rainha da Inglaterra, diante das incompatibilidades que angariou.

A presidente Dilma também errou e perdeu. O resultado da disputa mostra que este não será o primeiro tropeço caso ela insista em adotar uma linha de ação política pautada pelo esquerdismo dos ministros Pepe Vargas e Miguel Rossetto.

Poder Executivo

Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** dedicou sua agenda desta segunda (2) para tentar recompor a articulação do Governo após a derrota de Arlindo Chinaglia (PT) na disputa para a Presidência da Câmara dos Deputados. Amanhã (3), a presidente segue para Campo Grande/MS, onde inaugura a Casa da Mulher Brasileira, acompanhada pela ministra **Eleonora Menicucci** (Mulheres). Na sexta (6), Dilma deve comparecer à celebração dos 35 anos do PT em Belo Horizonte/MG, juntamente com o ex-presidente **Lula**.

Casa Civil

O ministro **Aloizio Mercadante** e representantes do setor sucroalcooleiro acertaram hoje (2) uma proposta para aumentar de 25% para 27% a adição de etanol anidro na gasolina comum. Pelo cronograma discutido, a mudança passaria a valer a partir do dia **15 de fevereiro**. A proposta ainda precisa ser aprovada pela presidenta Dilma Rousseff.

O ministro se reuniu ainda hoje (2) com o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, **Marco Antônio Almeida**; o governador de Alagoas, **Renan Filho** (PMDB); e o ministro **Juca Ferreira** (Cultura).

Já no período da tarde, Mercadante compareceu a **Sessão Solene destinada a inaugurar a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Congresso Nacional**. Na solenidade, ele entregou a Mensagem da Senhora Presidenta da República.

Secretaria de Relações Institucionais (SRI)	O ministro Pepe Vargas recebeu nesta segunda (2) o presidente do PT/DF, Policarpo , a deputada distrital Arlete Sampaio (PT/DF) e o deputado Jorginho Mello (PR/SC).
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	O General-de-Exército José Elito Siqueira se reuniu nesta segunda (2) com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Napoleão Maia , e os ministros Carlos Gabas (Previdência) e Gilberto Occhi (Integração Nacional).
Secretária-geral	O secretário-geral Miguel Rossetto , em conjunto com os ministros Manoel Dias (Trabalho) e Carlos Gabas (Previdência), devem se reunir nesta terça (3) com representantes das centrais sindicais <u>para discutir as mudanças de regras nos benefícios trabalhistas e previdenciários</u> , no escritório da Presidência da República, em São Paulo.
Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)	O presidente Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sergei Soares , vai à Nova Iorque (EUA) para participar do 6º Encontro Global do Conselho Interagencial de Coordenação da Proteção Social e proferirá palestra em evento paralelo organizado pela OIT, devendo retornar ao País neste domingo (8).
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	<p>O ministro Aldo Rebelo se reuniu nesta hoje (2) com o secretário de Ciência e Tecnologia da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Roberto dos Santos, e concedeu entrevista ao telejornal Repórter Brasil, <u>sobre a crise hídrica no Sudeste do País</u>.</p> <p>O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem/MCTI) participará da 39ª Feira Internacional do Mármore e Granito – Vitória Stone Fair – Marmomacc Latin America entre a terça (3) e a sexta (6). No estande do instituto, estarão disponíveis informações sobre <u>melhorias na qualidade do polimento e o aproveitamento de resíduos de rochas ornamentais em cerâmicas, argamassas, concretos leves e pavimentação asfáltica</u>.</p>
Ministério da Defesa (MD)	O ministro Jaques Wagner realizou hoje(2) audiência com o embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, Larbi Moukharriq . No restante do dia, cumpre agenda de despachos internos.
Ministério da Fazenda (MFaz)	<p>O ministro Joaquim Levy, assim como os secretários da pasta, concentram hoje (2) suas agendas em reuniões internas na sede do Ministério.</p> <p>O superintendente de risco da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), Rodrigo Lima, viaja à Bruxelas (Bélgica) para a reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG). Participam do evento ainda representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</p> <p>Equipe do Ministério vai à Paris (França) para a Reunião da Força-Tarefa em Economia Digital no âmbito do <u>projeto sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS)</u> da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em conjunto com o G20.</p>

<p>Banco Central do Brasil (BACEN)</p>	<p>No Boletim Focus divulgado hoje (2), foi elevada para <u>7,01%</u> a projeção de inflação para 2015, medida pelo IPCA. O teto da meta da equipe econômica é <u>6,5%</u>. O mercado também reduziu a projeção de crescimento da economia este ano de 0,13% para 0,03%, próximo de zero. As estimativas pioraram pela quinta semana consecutiva. Com relação à taxa básica de juros, a Selic, a previsão para 2015 permanece em 12,5% ao ano. Em reunião nos dias 21 e 22 de janeiro, o Copom do BC decidiu elevar a Selic em 0,5 ponto percentual, de 11,75% para 12,25% ao ano.</p>
<p>Ministério da Justiça Conselho Nacional de Justiça</p>	<p>O Plentário do Conselho realiza na terça (3) <u>a primeira sessão do ano</u>. Em pauta, diretrizes para a distribuição de servidores, cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário e pagamento de passivos a magistrados e servidores.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>O ministro Armando Monteiro viajou para São Paulo/SP, onde se reuniu nesta manhã (2) com o presidente da Fecomercio SP, Abram Szajman, <u>quando recebeu diagnósticos e propostas sobre economia</u>. A reunião foi realizada na sede da entidade.</p> <p>O Ministério divulgou hoje (26) o resultado da balança comercial referente ao mês de janeiro quando foi registrado déficit de US\$ 3,17 bilhões, déficit menor do que o registrado em janeiro do ano passado (US\$ 4,06 bilhões). Segundo o governo, as vendas ao exterior somaram US\$ 13,7 bilhões em janeiro e, com isso, tiveram uma queda de 10,4% sobre janeiro de 2014. Os produtos manufaturados e básicos registraram retração de vendas, mas os semimanufaturados tiveram aumento de exportações. De acordo com dados oficiais, a média diária de exportações do mês passado, de US\$ 652 milhões, é a menor para todos os meses desde janeiro de 2010 - quando somou US\$ 565 milhões, ou seja, em cinco anos. Ao mesmo tempo, as importações somaram US\$ 16,87 bilhões em janeiro, com queda de 12% sobre o mesmo mês de 2014. Na comparação com janeiro de 2014, recuaram os gastos com combustíveis e lubrificantes (-28,4%), bens de consumo (-14,2%), bens de capital (-8%) e matérias-primas e intermediários (-7%).</p>
<p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)</p>	<p>O diretor Julio Cesar Ramundo vai a Eindhoven (Holanda) para participar do Global Government Venturing Summit, que acontece dias 3 e 4 de fevereiro.</p> <p>Representantes do Banco viajam à Cidade do Panamá (Panamá) a fim de participar do Fórum Projetos de Capital e Infraestrutura para América Central e Caribe, que acontece dias 4 e 5 deste mês.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)</p>	<p>A ministra Tereza Campello recebeu nesta hoje (2) a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) e o secretário nacional de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Croce Caetano.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>Acontece nesta quinta (5) em Brasília/DF reunião com Secretários Estaduais de Meio Ambiente e de Agricultura, para discutir, debater e oferecer soluções aos desafios que o País impôs ao governo federal em</p>

<p>Agência Nacional de Águas (ANA)</p>	<p>razão dos <u>problemas causados pelo baixo volume de chuvas</u> que está afetando o abastecimento de água no Sudeste e no Nordeste.</p> <p>Representante do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) vai a Interlaken (Suíça) para participar do evento UNFF Country-Led Initiative: Interlaken+10, Governing forest landscapes: Lessons learnt from ten years of experience and the way forward post-2015, que acontece de 3 a 6 de fevereiro.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>Representante da Agência vai a Paris (França) para a Reunião de Consulta de Alto Nível sobre Governança de Águas Subterrâneas, marcada para esta semana.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p> <p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)</p>	<p>Nesta segunda (2), o ministro Manoel Dias participa no Rio de Janeiro/RJ do <u>XIII Encontro Nacional das Escolas Técnicas - Debate Empreendedorismo para a Juventude</u>.</p> <p>O ministro Eduardo Braga se reuniu hoje (2) com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o presidente da Ambev, Bernardo Paiva; e com a governadora de Roraima, Suely Campos (PP).</p> <p>A Agência realiza nesta quinta (5) audiência pública com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais sobre a resolução que regulamenta os <u>procedimentos a serem adotados nas licitações de blocos para a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural</u>. A audiência terá lugar no auditório da ANP, no Rio de Janeiro/RJ, a partir das 9h.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>O ministro Nelson Barbosa se reuniu nesta segunda (2) com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno.</p> <p>Acontece nesta quinta (5) a capacitação sobre Planos de Logística e Contratações Sustentáveis. O público-alvo do Ministério do Planejamento (MPOG) são os servidores que atuam na área de logística pública.</p>
<p>Ministério dos Transportes (MTrans)</p>	<p>O ministro Antonio Carlos Rodrigues recebe nesta segunda (2) diversas autoridades. Dentre as quais, o diretor-presidente da Ecorodovias, Marcelino Seras Rafart; o vereador de São Paulo Fábio Marcondes (PR/SP); os deputados Luciano Castro (PR/RR), Miguel Lombardi (PR/SP), Cabo Sabino (PR/CE) e Goulart (PSD/SP); o senador Acir Gurgacz (PDT/RO); e o diretor-presidente da Odebrecht Transport, Paulo Cesena.</p>
<p>Ministério do Turismo (MTur)</p>	<p>O ministro Vinicius Lages, participa nesta terça (3), no Rio de Janeiro/RJ, da abertura do <u>Seminário de Turismo para os Jogos Olímpicos 2016</u>. Estarão reunidas autoridades públicas e privadas envolvidas na preparação da Olimpíada, como representantes do Ministério do Esporte, da Embratur,</p>

órgãos do turismo estadual e municipal do Rio de Janeiro, o Comitê Rio 2016.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Um dia após a posse dos novos senadores e deputados e a eleição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados para o biênio 2015/2016, foi realizada na tarde de hoje (2) a abertura dos trabalhos legislativos, com a participação do ministro-chefe da Casa Civil, **Aloizio Mercadante**, incumbido de levar a mensagem presidencial.

Câmara dos Deputados Plenário

O novo presidente da Câmara, deputado **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ), disse que pretende colocar em votação nesta terça (3) o segundo turno da PEC do orçamento impositivo (PEC 358/13), durante sessão extraordinária.

Há expectativa ainda de que o PSDB protocole ainda nesta semana requerimento de abertura das **CPIs da Petrobras e do setor elétrico** na Câmara.

Frente Parlamentar Ambientalista

Em conjunto com a Fundação SOS Mata Atlântica e demais ONG's ambientalistas, a Frente promove nesta quarta (4), às 8h30, reunião para abertura de seus trabalhos com discussões sobre a situação dos recursos hídricos e criação do "Comitê Gestor da Crise da Água no Brasil". Foram convidados, o ministro do STJ, **Herman Benjamin**; primeiro secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade, **Fabio Feldmann**; secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, **Carlos Nobre**; e coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, **Malu Ribeiro**.

Senado Federal

Após a reeleição de **Renan Calheiros** (PMDB-AL) para presidir a Casa por mais dois anos, o Senado realiza nesta terça (3), a partir das 10h, a eleição para os demais cargos da Mesa. A expectativa é Jorge Viana (PT-AC) ocupar a primeira vice-presidência da Casa e Romero Jucá (PMDB-RR) a segunda vice-presidência.

Também na terça deve ser iniciado o esforço para a escolha dos presidentes e vice-presidências das Comissões.

Plenário

O Plenário da Casa inicia sua agenda de votações com oito matérias nesta terça. Entre elas estão o **PLC 144/13**, que trata sobre a realização de campanhas educativas à respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e o **PLS 201/13** para dar às micro e pequenas empresas o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima aplicáveis nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, tendo como base de cálculo o valor real da operação.

Poder Judiciário

Supremo decide que multa fiscal não pode ser maior que 100%. Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) abre a possibilidade de contribuintes multados em valores bem superiores ao próprio tributo devido, reduzirem consideravelmente o montante cobrado pelo Fisco. A 1ª Turma do tribunal determinou que a multa aplicada ao contribuinte não pode ser superior a 100% e ultrapassar o valor do tributo. Apesar da importância da decisão, por limitar a atuação dos Fiscos, tributaristas entendem que o percentual ainda é alto e danoso à atividade empresarial. Nas legislações, tanto federal quanto dos Estados, há penalidades que superam o percentual de 100%. O resultado dessa conta, segundo o advogado Júlio de Oliveira, do Machado Associados, são débitos impagáveis e suficientemente grandes para quebrar qualquer empresa. Com essa decisão, empresas com multas superiores a 100% terão a chance de reduzi-las. Empresas que respondem a execuções fiscais, com base nesse precedente poderão pedir o recálculo do débito no Judiciário e, por consequência, ter gastos menores com cartas de fiança, seguros ou valores de bens – exigidos pela legislação para que o contribuinte apresente defesa contra cobranças fiscais. A Procuradoria Tributária da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) informou que o governo estadual, por intermédio da PGE-GO e da Secretaria da Fazenda, está realizando um estudo e revisão da legislação para eventualmente adequá-la aos precedentes do STF, que fixaram como 100% do valor do tributo, o montante máximo ao qual devem corresponder as multas tributárias.

Realizada sessão de abertura do Ano Judiciário 2015. Ocorreu nesta manhã a sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2015, realizada no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão foi aberta pelo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que listou um plano de trabalho com providências para otimizar o atendimento judiciário ao cidadão e fortalecer o exercício da Justiça. Entre as medidas, Lewandowski citou que pretende enviar este ano para o Congresso Nacional um projeto de reforma da magistratura. Já o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu o fortalecimento do combate à corrupção como um dos temas que merecem “real atenção” dos três Poderes. Além disso, defendeu a discussão pela Justiça este ano do financiamento de campanhas eleitorais. O presidente da OAB também defendeu “o fim do investimento empresarial em candidatos e partidos” – tema de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pela própria OAB, que aguarda julgamento pelo STF. O fim do financiamento de empresas a campanhas eleitorais também é tema de diversos projetos de lei, como projeto de iniciativa popular conhecido como Eleições Limpas (Projeto de Lei 6316/13), elaborado pela OAB e pela CNBB. Participam também da solenidade o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o senador Jorge Viana, representando o Senado, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entre outras autoridades.

Turmas iniciam julgamentos de 2015 com 168 processos em pauta. As Turmas do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciarão o Ano Judiciário de 2015 com um total de 168 processos em pauta, envolvendo questões penais, direito administrativo e tributário. Entre os casos pautados para esta terça (3), está o julgamento da Ação Penal (AP) 688 pela Primeira Turma, envolvendo o deputado federal Oziel Oliveira. No processo, o deputado é acusado da prática de crime previsto na Lei de Licitações. Conforme a denúncia, em 2005, época em que era prefeito do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA), ele teria fraudado procedimento licitatório ao realizar contratações irregulares de obras e serviços públicos, utilizando indevidamente rendas do município em benefícios de terceiros. A pauta das Turmas inclui ainda um total de 19 casos de habeas corpus e de recursos em habeas corpus, e dezenas processos a serem julgados em lista, como Recursos Extraordinários com Agravo (ARE) e Mandados de Segurança (MS). A primeira sessão do ano das Turmas do STF está marcada para ter início às 14 horas desta terça (3).

Capitalização de juros e licitação de serviço de advocacia na pauta da sessão plenária de quarta-feira do STF. O Supremo Tribunal Federal (STF) dará início aos julgamentos do Ano Judiciário de 2015 na sessão de quarta-feira (4), com 24 processos na pauta do Plenário, incluindo Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e Recursos Extraordinários (REs) com repercussão geral reconhecida. Entre os temas tratados nesses recursos, está a possibilidade de haver capitalização mensal de juros no sistema financeiro. No RE 592377, de relatoria do ministro Marco Aurélio, uma instituição financeira questiona decisão do Tribunal do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que afastou a possibilidade de haver capitalização de juros (a incidência de juros sobre juros) em períodos inferiores a um ano. Com repercussão geral reconhecida, o processo pode levar à solução de mais de 13,5 mil processos sobrestados na origem. Também pautado para o dia 4 de fevereiro, o RE 656558, de relatoria do ministro Dias Toffoli, trata da possibilidade de contratação de serviços de advocacia pelo poder público sem a necessidade de licitação.

No processo, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona contratação realizada pelo município de Itatiba (SP), sustentando que a contratação de escritório de advocacia pelo Poder Público, quando ausente a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado, configura caso de improbidade administrativa. Com a análise do tema, deverão ser liberados mais de cem processos sobrestados nas instâncias de origem. A sessão de quinta-feira (5) conta com 17 processos na pauta. Destaque para o RE 611639, com repercussão geral reconhecida, que discute a obrigatoriedade ou não de registro de alienação fiduciária de veículo em cartório. Primeiro item da pauta, o recurso deverá ser julgado em conjunto com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4227 e 4333. Em discussão está parte da Lei federal 11.882, publicada em 24 de dezembro de 2008, e o parágrafo 1º do artigo 1.361 do Código Civil. Este dispositivo obriga o registro de contrato em cartório para constituição de propriedade fiduciária, enquanto que a lei federal 11.882/2008 dispensa esse procedimento.

Política

Renan Calheiros presidirá o Senado pelos próximos dois anos. O senador Renan Calheiros (PMDB/AL) foi eleito para a presidência do Senado com 49 votos. Luiz Henrique teve 31 votos e um foi nulo. Ele exercerá o cargo entre 2015 e 2016. Maior partido da Casa, a bancada peemedebista indicou Renan Calheiros (PMDB-AL) para o segundo mandato e Luiz Henrique (PMDB-SC) apresentou candidatura própria. O catarinense integra o grupo independente do PMDB. A partir de agora, os partidos indicarão os nomes para os demais cargos da Mesa Diretora, que ocorrerá na próxima terça-feira (3). O tamanho das bancadas partidárias definirá a prioridade nas indicações. Como segunda maior bancada no Senado, o PT tem direito à segunda indicação que deve ser a 1ª vice-presidência. No discurso aos senadores, após a contagem de votos, Renan disse que as decisões no Senado serão coletivas. "O entendimento nunca será a supressão de quem pode menos por quem pode mais", acrescentou.

Eduardo Cunha é eleito em primeiro turno presidente da Câmara com 267 votos. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito para a presidência da Câmara com 267 votos. O candidato Arlindo Chinaglia (PT-SP) teve 136 votos, Júlio Delgado (PSB-MG) obteve 100 votos e Chico Alencar (PSOL-RJ) conquistou oito votos. Dois deputados votaram em branco. Eduardo Cunha exercerá o comando da Câmara nos dois próximos anos. A eleição foi definida em primeiro turno porque Cunha obteve mais que a metade mais um dos votos. Todos os 513 deputados votaram no pleito. O deputado Eduardo Cunha prometeu atuar para que se tenha um Parlamento independente, altivo e que respeite os interesses da população. Ele criticou a submissão do Congresso em certas votações e afirmou que buscará sempre a independência da Casa. Cunha defendeu uma Câmara que dialogue com todos os Poderes, mas que não abra mão das pautas que considerar importantes. Segundo ele, independência não pode ser confundida com oposição. "A gente só quer que os Poderes sejam independentes e harmônicos".

PT fica fora da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O PT ficou de fora da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O resultado final da eleição foi anunciado na noite deste domingo. O partido concorria à presidência da Casa e a uma vaga de suplente. Foi derrotado nas duas disputas. O saldo foi completamente negativo para o PT que, além da derrota de seu candidato, ficará de fora dos principais cargos de comando da Mesa pelos próximos dois anos e das comissões por quatro anos, porque seu bloco teve 58 deputados a menos que o do PMDB e com sérias restrições para influenciar na pauta. Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito presidente da Câmara já em primeiro turno, vencendo o candidato petista, Arlindo Chinaglia (PT-SP). O cargo de 1º vice-presidente da Casa será ocupado por Waldir Maranhão (PP-MA), que foi indicado pelo bloco liderado pelo PMDB – o com o maior número de deputados federais. Para a 2ª vice-presidência, foi escolhido o deputado Giacombo (PR-PR), que derrotou o deputado Lúcio Vale (PR-PA) – ambos do bloco do PT. Beto Mansur (PRB-SP) foi o deputado eleito para ser o 1º secretário da Câmara, cargo que também é do bloco do PMDB. O posto de 2º secretário ficará com Felipe Bornier (PSD-RJ). Para terceiro e quarto secretários foram eleitos, respectivamente, Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Alex Canziani (PTB-PR). Os quatro suplentes escolhidos foram: Gilberto Nascimento (PSC-SP), Mandetta (DEM-MS), Ricardo Izar (PSD-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP). O deputado petista Weliton Prado (MG) disputou uma dessas vagas, mas foi derrotado por Izar, pois ambos competiam pela única cadeira de suplente a que o bloco encabeçado pelo partido tinha direito.

PMDB lidera maior bancada da Câmara e PT, a segunda. Foram definidos os blocos parlamentares que vão integrar a Câmara dos Deputados na próxima legislatura. A maior bancada, formada por 218 parlamentares, é liderada pelo PMDB e composta pelos partidos PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB. O segundo maior bloco, com 160 parlamentares, é liderado pelo PT e conta também com PSD, PR, PROS e PCdoB. Em terceiro lugar e com 106 parlamentares está o bloco formado por PSDB, PSB, PPS e PV. É a partir da definição dos blocos que se iniciarão os trabalhos para compor a Mesa Diretora e as comissões da Câmara. O maior bloco é o primeiro a escolher o cargo que pretende ocupar. Em geral, a preferência é pelo cargo de 1º secretário, por ser quem administra a Casa e boa parte de suas verbas, uma vez que cabe a ele ratificar as despesas da Câmara.

PSDB buscará apoio para a criação de quatro CPIs em 2015. O PSDB começará a nova legislatura no Congresso Nacional mirando a criação de quatro comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar questões da Petrobras, do setor elétrico, de fundos de pensão e bancos públicos. Na avaliação de líderes do PSDB e do presidente do partido, senador Aécio Neves (MG), 2015 será um ano de dificuldades para o governo federal. Segundo Aécio, essas dificuldades se devem, em parte, à frustração gerada após tantas expectativas positivas apresentadas pela presidenta Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral.

Cinco ministros são exonerados para tomar posse no Congresso ontem (1º). Edição extra do Diário Oficial da União foi publicada sábado (31) com a exoneração de cinco ministros de Estado para que tomassem posse de seus cargos no Congresso Nacional e votassem na eleição dos presidentes das Casas Legislativas. Eles serão nomeados novamente para os cargos no Executivo, deixando a vaga no Congresso para seus suplentes. De acordo com a Constituição, deputados e senadores não podem ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo. Os ministros afastados temporariamente são os deputados federais Pepe Vargas (PT-RS), ministro da Secretaria de Relações Institucionais; Patrus Ananias (PT-MG), ministro do Desenvolvimento Agrário; Edinho Araújo (PMDB-SP), ministro da Secretaria de Portos; e George Hilton (PRB-MG), ministro do Esporte. Kátia Abreu (PMDB-TO), ministra da Agricultura, eleita para o Senado, também compõe o grupo.

Último Foco

Nível de emprego na construção civil em 2014 cai após dois anos em alta. O nível de emprego na construção civil brasileira caiu 0,51%, em 2014, depois de ter registrado altas de 3,02%, em 2012, e 1,54%, em 2013. Foram fechados 18 mil postos de trabalho com carteira assinada e, com a queda, a base de empregados atingiu em dezembro 3,285 milhões. Os dados fazem parte da pesquisa feita pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Apenas em dezembro, o setor eliminou 163,8 mil vagas o que significou recuo de 4,75% em comparação ao mesmo mês de 2013. Em relação ao mês anterior, em novembro, foi constatada queda de 4,34% e saldo negativo de 149.030 empregos. A retração não surpreendeu o setor, disse, por meio de nota, o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto. Segundo ele, o mercado mais enxuto e o desaquecimento nas obras de infraestrutura obrigaram as empresas a fazer cortes. O executivo observou que a recuperação pode ocorrer apenas a partir do próximo ano. Ao longo de 2015, conforme a análise dele, o emprego ainda estará ameaçado por conta das decisões tomadas nos dois últimos anos de se reduzir o volume de obras.

Incorporadoras lançam mais no interior. Com imóveis mais baratos, mais oferta de empregos e proximidade de centros comerciais, a Região Metropolitana e o interior de São Paulo se tornaram importantes polos de atração para o mercado imobiliário. O crescimento orgânico das cidades médias, aliado à migração de paulistanos para fora da capital, deve criar uma demanda estável nessas áreas, na avaliação de entidades e empresários do setor. No ano passado, o mercado imobiliário dos municípios vizinhos à cidade de São Paulo superou até mesmo o da capital. De acordo com a última pesquisa publicada pelo Sindicato da Habitação do Estado (Secovi-SP), a velocidade de vendas de imóveis na Região Metropolitana superou o índice de São Paulo entre setembro e novembro de 2014. No penúltimo mês do ano, as cidades do entorno registraram 17,1% de comercialização do total de imóveis ofertados, ante 10,1% da metrópole. De acordo com o presidente do Secovi-SP, Cláudio Bernardes, a Região Metropolitana e o interior do Estado têm custos menores de terrenos e regulação menos onerosa, o que permite a construção de

empreendimentos com preços mais acessíveis. "Parte desse fenômeno é crescimento orgânico, mas parte também é de êxodo da metrópole", afirmou Bernardes. Segundo ele, o valor médio de um apartamento em São Paulo é de R\$ 450 mil, enquanto, no interior, não passa dos R\$ 300 mil. "Essa diferença faz com que o consumidor aceite morar mais longe do trabalho para comprar uma casa melhor."

Regularização onerosa de imóveis terá ajustes. Em trâmite desde novembro na Câmara Municipal, o projeto de lei que cria regras de regularização onerosa para construções feitas em desacordo com a legislação foi retirado ontem pelo prefeito Paulo Hadich (PSB), autor da proposta. A medida representa o fim de um impasse que atinge 70% dos imóveis e soluciona um entrave para o mercado imobiliário. Segundo o secretário de Obras, Alex Rosa, para coibir eventuais abusos, o texto da futura lei terá adequações que consistem, basicamente, em estabelecer uma data base e alguns limites. "Engenheiros e arquitetos dialogaram conosco e pediram para aprimorarmos alguns pontos. Em breve o projeto voltará para a Câmara", prevê.

MP aumenta alíquotas do PIS e da Cofins sobre importação de bens e serviços. O governo publicou na sexta-feira (30), em edição extra do Diário Oficial da União, a Medida Provisória (MP) 668, que trata do aumento das alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep Importação) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins-Importação). A alíquota subirá de 9,25% para 11,75%, conforme já anunciado pelo Ministério da Fazenda. A medida provisória altera uma lei de 2004 que estabelece as alíquotas de PIS e Cofins sobre a importação de bens e serviços. O aumento das alíquotas passa a valer quatro meses após a publicação da MP. De acordo com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a alta foi necessária para corrigir a distorção provocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que eliminou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins das mercadorias importadas. Segundo ele, o governo espera obter R\$ 700 milhões neste ano com os tributos sobre as mercadorias importadas.

Ministro diz que governo executará plano emergencial de eletricidade. O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou neste domingo que o governo vai executar, em curto prazo, um plano emergencial para garantir o abastecimento de energia no país nos horários de pico. Braga confirmou que o governo vai incentivar o uso de geradores próprios pelo comércio em geral e produção de energia pela indústria. Segundo Braga, a presidente Dilma Rousseff avalizou as medidas. "Vamos tomar ações junto a produtores independentes, áreas comerciais, shopping center e à indústria, que tem sua própria energia para que possamos acionar esses equipamentos no período da ponta de carga", afirmou "Essas medidas serão tomadas para que possamos passar por esse momento crítico com maior tranquilidade", disse. Ele falou com a imprensa no Congresso, ao chegar para a posse dos novos senadores. Braga observou que as medidas levarão em conta as mudanças no "ponto de carga". Ele observou que antigamente, o pico da demanda ia das 18h às 21h, e agora o governo detectou que o novo "ponto de carga" vai das 14h às 17h. Braga também mencionou que autorizou um novo leilão A-5. Acrescentou que haverá troca nos equipamentos das linhas de transmissão para que seja possível transferir mais energia do Norte para o Sudeste.

Empresas pressionam Tesouro para retomar captações externas. Com as portas fechadas no exterior por causa das incertezas em torno dos desdobramentos da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, as empresas brasileiras pressionam o Tesouro Nacional a voltar o mais rápido possível ao mercado internacional com uma nova captação de bônus da República, o que abriria caminho ao setor privado. O diagnóstico que chegou ao governo é o de que as empresas brasileiras, mesmo aquelas não envolvidas diretamente na Lava Jato, têm dificuldades para se financiar porque o "cenário Brasil" acabou se misturando com o pessimismo em torno dos rumos das investigações. Há risco de contaminação de outros segmentos importantes da economia, como o setor elétrico. A preferência, segundo apurou o Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, é de que o governo faça a primeira captação do ano em bônus da República atrelados a euros para aproveitar a expectativa de maior liquidez nos mercados com o programa de estímulos monetários do Banco Central Europeu (BCE). Na semana passada, o BCE anunciou a injeção de 1,1 trilhão de euros até 2016 para tentar tirar a zona do euro da estagnação. Mas o Tesouro poderá optar em fazer a captação em dólar, mercado mais "maduro", de rápido acesso e demanda garantida. A avaliação dentro e fora do governo é de que há demanda dos investidores estrangeiros pelos ativos brasileiros não só papéis, mas também na compra de participações (private equity). Na estratégia para 2015, que será

divulgada nos próximos dias no Plano Anual de Financiamento (PAF) – documento que traz metas para os principais indicadores da dívida pública -, o Tesouro continuará com uma política gradual de avanço do perfil da dívida e alongamento dos prazos, mas vai poder estancar o risco de deterioração do quadro ruim que se formou com a perda de credibilidade da política fiscal.

Auditoria aponta desvio de imóveis do Minha Casa em SP. Um relatório da Controladoria-Geral do Município (CGM) de São Paulo aponta uma série de irregularidades na administração do Programa Minha Casa Minha Vida por parte da Prefeitura de São Paulo. Os problemas vão desde concessão de benefícios para pessoas que não estavam nos cadastros da Prefeitura a pagamentos indevidos de bolsa-aluguel. Parte das denúncias foi encaminhada à Polícia Civil. As falhas ocorreram tanto na atual gestão, de Fernando Haddad (PT), quanto na de seu antecessor, Gilberto Kassab (PSD). O ex-prefeito, depois de uma aliança com o PT, é agora ministro das Cidades, e tem entre as atribuições coordenar e fiscalizar justamente o Minha Casa Minha Vida. As conclusões da CGM são de que as falhas só foram possíveis porque há falta de transparência e de procedimentos internos precisos, dentro da Prefeitura, que impeçam essas irregularidades. Os detalhes sobre essa lista de irregularidades constam em um relatório de auditoria interna produzido pela CGM, entregue à Secretaria Municipal da Habitação (Sehab) no último dia 7. A Controladoria determinou a abertura de sindicância contra funcionários suspeitos de participar das irregularidades e que a Sehab crie procedimentos internos para evitar que esses problemas retornem. As irregularidades mais importantes referem-se à indicação de pessoas que não estavam nos cadastros da Prefeitura de São Paulo para unidades do Minha Casa Minha Vida. Segundo o relatório, ao menos 48 unidades entregues a pessoas que deveriam vir de moradias em áreas de risco – de um total de 90 imóveis – foram repassadas a beneficiários que não constavam nos sistemas.